

Raízes

Vol. 27, N° 1, jan. – jun./2008

Trabalho recebido em 05/04/2008
Aprovado para publicação em 22/05/2009

ACAMPAMENTO, AGROECOLOGIA E ASSENTAMENTO RURAL: UMA ANÁLISE A PARTIR DE TRAJETÓRIAS SOCIAIS¹

Marcos Botton Piccin; Everton Lazzaretti Picolotto

RESUMO

Neste artigo analisa-se como o processo de luta pela terra conforma experiências produtivas baseadas na agroecologia e de que forma esses conhecimentos são acionados na luta pela terra. A análise é realizada acompanhando a trajetória social de quatro agricultores-assentados do assentamento Ceres/RS, formado em 1997. Discute-se que a participação em cursos de agroecologia esteve relacionada diretamente com os sistemas socioculturais dos indivíduos, a partir de um estilo de reação à vivência da forma acampamento. As recomposições socioculturais, como conhecimentos e disposições sociais internalizadas nesse período, serão marcantes nas trajetórias ligadas à produção agropecuária no assentamento, sendo acionadas em momentos de crise de reprodução social do grupo familiar.

Palavras-chave: assentamento Ceres, Rio Grande do Sul, *habitus* sociais

SETTLEMENTS, AGROECOLOGY, RURAL SETTLEMENT: ANALYSIS FROM SOCIAL TRAJECTORY

ABSTRACT

In the present paper one analyze the ways by which processes of fighting for land have shaped productive experiences based in the agroecology and in which ways knowledge have been used in land fighting. The analysis is accomplished through the observation of social trajectories of four settled farmers of the Ceres Settlement/RS, founded in 1997. It is argued here that the participation in agroecology courses was related directly with the individuals' socio-cultural systems, decorning of a reaction to the style of living in settlements. The socio-cultural reconstitutions, as knowledge and social dispositions internalized in that period will be meaningful in trajectories linked to the agricultural production in the settlement, being elicited in moments of crisis of family group's social reproduction.

Key words: Ceres Settlement, Rio Grande do Sul, social habitus

Marcos Botton Piccin. Doutorando em Ciências Sociais pela UNICAMP.

E-mail: marcospiccin@yahoo.com.br

Everton Lazzaretti Picolotto. Doutorando em Ciências Sociais pelo CPDA/UFRRJ.

E-mail: evpicolotto@yahoo.com.br.

¹ Uma versão desse artigo foi apresentado no XIII Congresso Brasileiro de Sociologia, 29 de maio a 1 de junho de 2007, UFPE, Recife (PE), sob o nome "A luta e o processo de gestação de novos conhecimentos: agricultores sem-terra e a agroecologia", no Grupo de Trabalho: Reforma Agrária e Movimentos Sociais Rurais.

1. INTRODUÇÃO

Os assentamentos rurais têm contribuído positivamente para a transformação socioeconômica das regiões que os recebem. Vários são os estudos que apontam nessa direção, como os realizados por Romeiro et al (1994); Herédia et al (2002); Leite (2003); Leite et al (2004); Medeiros e Leite (2004); entre outros estudos nacionais e de casos específicos. No estado do Rio Grande do Sul (RS), os assentamentos têm se destacado, dentre outras coisas, pela dinamização da economia local e pela experimentação de novas estratégias produtivas, destacando-se a agroecologia (Bavaresco, 1998; Chelotti, 2003; Benedetti, 2004; entre outros). Este artigo objetiva analisar a incorporação de conhecimentos sobre a agroecologia² nas estratégias produtivas dos agricultores sem-terra a partir dos processos de *luta* pela terra (ou seja, a partir da formação do acampamento) e na *luta* por sobrevivência posterior à conquista da terra no assentamento Ceres, município de Jóia-RS. Este assentamento foi criado oficialmente em 1997, quando um conjunto inicial de 113 famílias organizadas pelo MST foram assentadas em uma área de 2.210,40 hectares (ha) adquirida pelo INCRA.

Para a realização dessa pesquisa, foram identificadas três configurações produtivas dentre os agricultores do assentamento Ceres.³ Em uma primeira configuração identificou-se 47 agricultores-assentados que possuem a cultura da soja como principal atividade produtiva dedi-

cada ao comércio; em uma segunda configuração, 42 agricultores-assentados apresentam a soja e o leite como principais atividades dedicadas ao comércio e, por fim, em uma terceira configuração produtiva, 17 famílias dedicam-se a várias atividades destinadas ao comércio. Nessa última, o leite também aparece como ‘carro chefe’ de composição da renda, mas ocorrem outras atividades importantes, como: avicultura, suinocultura, produção de olerícolas, amendoim, batata, cebola, alho, derivados de cana-de-açúcar e produtos manufaturados, como compotas e queijos.⁴ Tendo em vista essa classificação⁵, optou-se em denominar as configurações identificadas pela composição da renda de seus sistemas produtivos, respectivamente: sistema produtivo **soja**; sistema produtivo **soja-leite**; sistema produtivo **diversificado**. Da amostragem inicial de nove agricultores-assentados (três de cada sistema produtivo) quatro haviam participado de cursos relacionados à agroecologia anteriormente ao assentamento; identificação realizada a partir da análise de suas trajetórias sociais.⁶

As trajetórias sociais desses quatro agricultores-assentados serão analisadas durante este artigo. Nessa direção, três deles compunham o sistema produtivo **diversificado** (que serão chamados por Sr. Pedro, Sr. Ricardo e Sr. João), por afirmarem estar desenvolvendo produção agroecológica e um quarto agricultor-assentado (Sr. Antônio), que foi classificado no sistema **soja-leite**, mas que apresentava trajetória produtiva anterior baseada em atividades agroecológicas (até o ano de 2005).⁷ Deve-se chamar

² Essa temática estará sendo entendida de uma forma ampla, a partir das informações obtidas com os agricultores-assentados sobre cursos que teriam realizado. Conforme seus relatos as temáticas passavam por técnicas e manejos sem o uso de agro-químicos, como caldas, uso de adubo orgânico e experiências relacionadas com a geração e diversificações produtivas, como cultivos orgânicos e agro-industrialização de matérias primas dos assentamentos.

³ A pesquisa de campo que colheu os dados aqui usados consistiu de vivência do cotidiano dos agricultores-assentados, questionário fechado tipo *survey*, entrevistas semi-estruturadas, anotações de caderno de campo e consultas informais à equipe técnica e à direção da cooperativa do assentamento. A referida pesquisa foi realizada durante os meses de maio e julho de 2006, pelo autor principal.

⁴ Essa divisão dos agricultores-assentados pelas principais culturas comerciais por mais que possa ser questionada, uma vez que os agricultores-assentados do primeiro grupo e do segundo podem realizar a venda de produtos da alternatividade (Garcia Jr., 1983), ou seja, excedentes de produtos inicialmente dedicados ao autoconsumo, optou-se por permanecer com tal divisão porque as diferenças entre sistemas produtivos das famílias são também observáveis no desenho produtivo dos lotes, assim como na composição das rendas, que deverá ser analisado em outro trabalho.

⁵ Deve ser destacado que toda a classificação se por um lado ajuda a identificar *tendências* e similaridades, constituindo importante instrumento para a análise e abstração, por outro acaba por secundarizar as diferenças existentes internamente. Assim, é importante registrar que a realidade tende a ser mais complexa e ao mesmo tempo muito difícil de ser apreendida em sua totalidade.

⁶ O número de agricultores-assentados escolhidos está relacionado com a metodologia usada para a construção da dissertação de mestrado do autor principal (Piccin, 2007), que considerou: espacialização dos agricultores-assentados no assentamento, classificados em termos de sistemas produtivos e a consideração do critério de saturação, quando as informações relacionadas com o que se deseja estudar começam a se repetir.

⁷ Os nomes dos agricultores-assentados utilizados não conferem com os nomes reais. Recurso para facilitar a análise e preservar o anonimato dos entrevistados. À época da realização da pesquisa a idade entre eles variava entre 30 a 44 anos, e todos formavam grupos familiares com esposa e pelo menos um filho(a) com idade máxima de 12 anos.

a atenção do leitor, portanto, que os outros agricultores do assentamento somente serão tratados secundariamente neste trabalho.⁸

Na análise das trajetórias sociais, evidencia-se que o processo de *luta* pela terra e as experiências a ela relacionadas agem como força-motriz para descortinar antigas representações sociais, associadas a visões de mundo, e estimular a participação nos cursos de agroecologia. A formação do acampamento, as mobilizações sociais, as ocupações de terra, os enfrentamentos com a polícia e/ou proprietários de terra, mas também os debates políticos relacionados com a forma de organização e produção futura nos lotes conformam eventos sociais caracterizados pela incerteza, instabilidade, ansiedade, perigo e oportunidades que, pelo ineditismo com que são vividos, podem provocar uma reestruturação de seus sistemas socioculturais em função da necessidade de encontrar novas normas de conduta e compreensão. Essas experiências dão um sentido particular à categoria *luta*, nesse ambiente, e período de suas vidas. De acordo com Comerford (1999), essa categoria ainda pode ganhar outros significados para os agricultores à medida que diferentes situações são vividas, interpretadas e diferentes práticas são postas em ação, constituindo diferentes conjuntos de relações, como aquelas vividas sobre a terra, já no assentamento. Nessa direção, *luta* ganhará mais dois sentidos durante este artigo: a) enquanto ação sobre ou na terra, referindo-se às dificuldades do trabalho cotidiano no assentamento. Esse significado designa a construção de estratégias produtivas; tensionamento constante entre as experiências agroecológicas e a monocultura da soja; b) referindo-se à participação em estruturas de direção do acampamento, de partidos, do assentamento, da cooperativa e de outras organizações; vivida como *luta* política, designando o sentido da *luta* para além dos interesses imediatos de quem dela participa, relacionada com a categoria ou classe social.

O artigo está dividido em quatro seções, incluindo esta introdução. Na segunda, indicaremos elementos para a visualização da posição social dos agricultores-assentados analisados, anteriormente as suas idas para o acampamento, como filhos de pequenos agricultores. Em se-

guida, identificaremos as suas reações às experiências vividas no período de acampamento – uma aproximação às vivências de incerteza, instabilidade, ansiedade, perigos e oportunidades –, a práxis política e a participação em cursos de agroecologia seriam algumas delas. Na terceira, analisamos como aqueles conhecimentos e recomposições socioculturais do acampamento são acionados no período mais recente, na forma do assentamento, bem como as novas tensões e contradições vivenciadas. Por fim, sistematizaremos algumas conclusões interpretativas.

2. ANTECEDENTES, A MARCAÇÃO SOCIAL DO ACAMPAMENTO E A AGROECOLOGIA

A perspectiva de começar a análise identificando nas trajetórias sociais a anterioridade ao acampamento dá-se por compreender que, em parte, as reações às novas experiências e práticas vivenciadas na *luta* pela terra e sobre a terra ganham significação a partir de um conjunto de referências socioculturais internalizadas nas socializações anteriores – aqui tratadas como da posição social e visões de mundo dos pais. Com efeito, a posição social ocupada pelo indivíduo no interior da sociedade, e experiências a ela relacionadas, tenderiam a conformar realidades específicas e lógicas de ação como fundamento reativo-interativo aos novos eventos que lhe chegam aos sentidos. Os princípios (sistemas de referência), orientadores das lógicas de agir, pensar e se comportar poderiam ser entendidos como *habitus*, formados numa ambiência sócio-histórica; uma *estrutura* internalizada que tende agir como *estruturante* das práticas sociais, das formas de reagir a novas experiências e definidora de um vir a ser do indivíduo (Bourdieu, 2002).

Assim, seria prudente considerar que, entre a mudança das condições sociais (no caso, relacionado com a ‘transformação’ de filho de pequeno agricultor ou trabalhador assalariado em sem-terra) e a mudança de comportamentos dos indivíduos e dos grupos, os diferenciais de poderes da cultura não são vividos da mesma forma e nem com a mesma significação. Estes dependem daquilo que

⁸ Optou-se por essa metodologia de análise como forma de aprofundar a discussão com relação às trajetórias sociais dos quatro agricultores-assentados que compõe a amostragem agora em análise. Se outras trajetórias sociais fossem analisadas seria necessário desenvolver um texto maior, excedendo as dimensões de um artigo. Contudo, se reconhece que sem a análise de distintas trajetórias sociais poderá faltar às argumentações no texto algumas relações que seriam importantes, por estar-se destacando as propriedades distintivas de um grupo de agricultores-assentados em relação aos demais.

os indivíduos interiorizaram como *habitus* ao longo de suas vidas. Nessa direção, teríamos que reconhecer as diferenças entre aqueles agricultores-assentados que ocuparam posições sociais diferentes no período anterior ao acampamento: como filhos de pequenos agricultores, como trabalhadores assalariados agrícolas ou como trabalhadores urbanos, por exemplo. Posições sociais que conformariam experiências de vida, saberes e lógicas diferentes conduzindo a ações também diferentes; ou ainda a uma mesma ação, mas com significações diferentes. Assim, os desejos, projetos de futuro e objetivos diretos para com a posse do lote de terra poderiam ser diferentes, bem como a vivência de incertezas, instabilidades, ansiedades, perigos e oportunidades. Neste sentido, as conclusões de Gaiger (1994) corroboram com esse entendimento na medida em que este identifica que os agricultores-assentados que eram filhos de pequenos agricultores e arrendatários rurais em situação anterior ao acampamento tendiam a apresentar um campo de visibilidade de interesses maior que aqueles que se situavam como trabalhadores assalariados, antigos meeiros e peões de fazenda.

Neste sentido, procuramos analisar a seguir as lógicas de ação e princípios estruturantes das visões de mundo e de si, que orientam as reações às novas experiências vivenciadas no período de acampamento e, posteriormente, no assentamento, dos agricultores-assentados agora em análise.

Para o objetivo deste artigo importa destacar que, antes de ir para os acampamentos, as famílias estavam inseridas numa economia mercantil de trocas desiguais como proprietárias de pequenos patrimônios produtivos (Moreira, 1999) ou como pequenos arrendatários, que além da renda para consumo familiar tinham que pagar a renda da terra que porventura arrendassem. Neste contexto de determinação mercantil – compra de bens de consumo, bens produtivos e pagamento de rendas, necessários para reprodução social naquela ambiência – sugere-se que a exploração da terra, pelo menos naquilo que se referia ao elo mercantil da vida familiar, seguia um princípio de ‘maior lucratividade’.

Chama-se atenção que os quatro agricultores-assentados tratados aqui ainda eram solteiros quando decidiram ir para o acampamento, buscavam possibilidades de realização econômica para a constituição do núcleo familiar. Para Gaiger (1999), o processo de autoconvencimento de que o acampamento e a *luta* são as únicas al-

ternativas para se ter acesso à terra e à reprodução dos padrões de vida almejados seria acompanhado por uma espécie de luta interna contra a ‘frustração’. Ou seja, contra a racionalização de sua situação de precariedade material, podendo internalizar subjetivamente uma condição de privação de sua posição social na sociedade, que o levaria a considerar como inalcançável tal padrão de reprodução econômica e simbólica desejada. Assim, ir acampar significaria não aceitar a ordem das coisas e, mesmo que não-conscientemente, eleger ao lado de quem e contra quem lutar; recusar o *status quo* estabelecido, alterar sua forma de ver e se ver no mundo. De modo geral, significaria insatisfação com a realidade vivida e esperança num futuro de melhores condições de vida. Esperança elaborada a partir de uma defasagem entre as expectativas materiais ou simbólicas com a realidade percebida como limitante para tais realizações. Assim, ‘o olhar’ para o lote de terra a ser alcançado passa a ser dirigido pela possibilidade de acúmulo de capital econômico, ascensão social e atendimento das carências socialmente produzidas e internalizadas pelos agentes numa dimensão sócio-histórica. Nesse sentido, o próprio sistema de disposições sociais baseado nas crenças culturalmente desenvolvidas na forma de *habitus* impulsiona-os para a *luta* por terra.

Nesse aspecto, destacam-se três pontos que parecem orientar as reações às novas experiências dos agricultores-assentados nos períodos de acampamento e de assentamento: a) estes foram socializados como filhos de pequenos proprietários rurais em um contexto de modernização da agricultura, sofreram as conseqüências da assimetria de poderes materializados na apropriação privada dos recursos produtivos (como a terra) e no mercado (no âmbito da concorrência intercapitalista), condicionando níveis de privação material e simbólica considerados indignos. Mesmo nessa condição de ‘vítimas’ da modernização, estes internalizam princípios relacionados com a lógica do mercado e da lucratividade; b) dado um campo de possibilidades de reprodução socioeconômica, determinada inicialmente pela sua posição social e pelas tentativas ‘frustradas’ de sucesso no mercado, a *luta* pela terra passa a ser considerada como possível. A adesão na *luta* pode ter ocorrido pelo estado de insatisfação e o acúmulo de vivências em que se buscou preservar, restabelecer ou conquistar condições dignas de vida; c) a visão relacionada ao progresso socioeconômico, associado ao “dar melhores condições de

vida à própria família” é o que passa a mobilizar as perspectivas de conquistar um lote de terra.

Estas determinações anteriores ao período da entrada na *luta* possibilitam a formação de sistemas de referência sociocultural, de conhecimentos e aptidões intelectuais que tendem a enquadrar as significações para os eventos que seguem, sejam eles cotidianos ou inusitados. A vivência no acampamento possibilitou várias experiências de vida anteriormente estranhas a esses agricultores. Como vimos argumentando, na atribuição de sentidos realizada pelos indivíduos (sem-terras) às vivências de eventos até então inusitados opera uma ordenação cultural que se internalizou como *habitus*. Nesta ordem interpretativa, seria correto afirmar que o *habitus* – os valores e conhecimentos familiares herdados dos pais, reafirmados ou redimensionados na vivência particular de cada um – configura um tipo de receptividade às experiências e idéias vivenciadas neste novo contexto. Os sem-terra, com as disposições sociais consideradas anteriormente, tenderiam a reagir e a interagir com as novas experiências identificando primeiramente a fragilidade material de sua posição na sociedade e as causas sociais de tal situação. A fala do Sr. Pedro, na entrevista realizada, aponta nesta direção: “Lá eu vi quanto o pobre é oprimido e o que existe de terra por aí só com boi em cima. Então eu queria mudar isso, sentia vontade de (...)”.

A fala perpassa a construção de uma identidade coletiva entre “pobres e oprimidos”, devido às situações semelhantes de precariedade material opondo-se a quem identificam como os causadores de tais privações; aspectos que também estão presentes nas falas de outros entrevistados. Essa sensibilidade à descoberta da fragilidade de sua posição social, de inimigos a serem enfrentados, assim como da unidade da categoria de sem-terra é o ponto crucial que age abrindo uma disponibilidade para a ação política e que os leva a assumir posições de dirigentes no acampamento, participação em frente de mas-

sas⁹ e cursos de formação política e de agroecologia.

Os agricultores-assentados aqui considerados são provenientes de dois acampamentos que perduraram em torno de dois anos. Foi nesse período do acampamento que ocorreu a participação em cursos de agroecologia.¹⁰ Essa participação, segundo os relatos dos entrevistados, teria ocorrido por dois motivos: a) a necessidade de realizar o “debate sobre a produção no acampamento”, uma vez que essa tarefa fazia parte das atribuições dos dirigentes do acampamento, tendo também ocupado tal posição durante esse período, e os dirigentes estaduais do MST; e, b) as motivações estimuladas por visitas realizadas em assentamentos e cooperativas que estariam desenvolvendo a produção coletivizada e/ou agroecológica.¹¹ A partir das entrevistas foi possível identificar que o Sr. Pedro e Sr. João realizaram o curso de agroecologia no município de Caçador (SC) e Sr. Ricardo e Sr. Antônio no município do Braga (RS), na FUNDEP¹².

A análise das entrevistas aponta para a compreensão de que os significados atribuídos à participação nos cursos de agroecologia estariam relacionados a certo prestígio social proporcionado pelas tarefas de coordenar e dirigir atividades no acampamento, bem como à ampliação das possibilidades de reprodução econômica nos lotes, com a afirmação de seus projetos de futuro e geração de novas carências e desejos.

Neste contexto, os conhecimentos adquiridos relacionam-se com práticas de agro-industrialização, controle de pragas e ‘plantas invasoras’ a partir de métodos sem o uso de agro-químicos, produção comercial de produtos orgânicos e venda desses em pequenos circuitos de comércio. Estes conhecimentos tendem a ser incorporados, conformando referências produtivas comerciais para além daquelas adquiridas nos processos de socialização inicial, quando ainda estavam nas casas de seus pais, relacionados com o cultivo de cereais (soja, milho e feijão, principalmente). Contudo, pode-se sugerir que se estes

⁹ A chamada frente de massas pode ser comparada com comissões de acampados ou dirigentes liberados pelo MST para realizar visitas às parcelas mais empobrecidas da população (pequenos agricultores, população de periferia das cidades, etc.) e convidá-las para fazer parte da luta pela terra em acampamentos e mobilizações.

¹⁰ A permanência nos cursos de agroecologia foi de dois meses, intercalado com período de vivência, seguidos de outros dois meses de curso para o Sr. Pedro e o Sr. João. Para o Sr. Ricardo e o Sr. Antônio o curso teria durado em torno de 1 ano e 8 meses, sendo intercalado por dois meses de aula e dois meses de vivência em assentamentos ou acampamento.

¹¹ Dentre os assentamentos e cooperativas citadas nas entrevistas destacam-se: o assentamento Nova Santa Rita, localizado na região metropolitana de Porto Alegre, e cooperativas ligadas ao MST da regional Sarandi, COOPTAR e COANOL.

¹² Os cursos foram ministrados por assessores do MST ou pela Fundação de Desenvolvimento, Educação e Pesquisa da Região Cealeiro (FUNDEP) no período anterior ao assentamento (acampamento).

curso valorizam dimensões dos conhecimentos adquiridos pela tradição, contrapondo-se à desvalorização realizada pela modernização da agricultura, o fazem num patamar de reinseri-los como alternativas possíveis para a acumulação de capital econômico.

3. AS TRAJETÓRIAS SOCIAIS E A AGROECOLOGIA NO ASSENTAMENTO CERES

O espaço social do assentamento é onde tende a exacerbarem-se as contradições entre o interiorizado como *habitus* nas trajetórias anteriores (valores, visões de mundo e saberes) e as condições físicas e sociais da região onde o assentamento está localizado, as diferenças específicas de cada lote produtivo (coletivos ou familiares), bem como as instituições de crédito, assistência técnica, redes mercantis, dentre outras. Esse novo ambiente será onde os agricultores-assentados irão construir suas vidas e acionar um conjunto de conhecimentos adquiridos e redes de relações sociais interna e externamente ao assentamento para tentar materializar seus projetos, sonhos e desejos.

Neste contexto, as atribuições de sentidos aos eventos desta nova ambiência fazem parte dos processos de construção da(s) realidade(s), onde a consolidação de um sentido comum constrói uma hegemonia social, que se valida no processo, legitimando atores sociais e indivíduos, técnicas e projetos, bem como age desqualificando outros. A participação do agricultor-assentado nestes processos, a nosso ver, implica a busca de significação que toma como dado o seu lote específico, sua localização e fertilidades, a dinâmica social de sua família, enfim o ambiente socioecossistêmico de seu lote, do assentamento e da própria região. Cada agricultor fala de um lugar socioecossistêmico específico e age prioritariamente neste lugar: esta seria a ordem de sua autonomia relativa na dinâmica complexa do assentamento. Para facilitar, trataremos tais denominações e relações sociais de interdependência social, institucional e ecossistêmica, conforme definido por Moreira (2006), como **ambiência** da unidade familiar, do assentamento e da região.

Dessa forma, deve ser considerado que a ambiência do assentamento Ceres é parte componente da ambiência da região do Planalto Médio Rio-Grandense. Neste contexto, Silva Neto e Basso (2005a) destacam que desde a década de 1960, a região experimenta uma expansão da área

de terras cultivadas com a cultura da soja e uma consequente diminuição da área ocupada com outras atividades, como bovinocultura extensiva e ovinocultura. Nessa direção, Gubert e Basso (2005) destacam que o município de Jóia possuía, na safra 1996/1997, 47.000 ha plantados com a soja, ano em que as famílias sem-terra são assentadas no assentamento Ceres. Oito anos depois, na safra 2004/2005, segundo registram os autores, foram 75.000 ha cultivados com a mesma cultura. A diminuição da área ocupada com bovinocultura extensiva e ovinocultura poderia ser avaliada pela diminuição do número de cabeças desses rebanhos, respectivamente e entre os mesmos períodos: de 53.000 para 40.000 e de 26.000 para 10.000. Portanto, o assentamento Ceres é formado em uma região e em um período onde há a expansão da cultura da soja como atividade comercial entre os agricultores do município, exercendo influências diversas na vida do conjunto dos agricultores-assentados.

Inseridos nessa ambiência, os agricultores assentados, logo no início da formação do assentamento, foram influenciados por uma visão que atribuía à soja uma boa opção produtiva (ou mesmo a melhor opção) para obtenção de renda monetária. Os dados de campo permitem-nos identificar duas motivações objetivas para tal compreensão: a) para a realização dos primeiros cultivos no assentamento, de modo geral, os agricultores-assentados contrataram os agricultores vizinhos para fazer tais plantações, haja vista que ainda não haviam recebido crédito para aquisição de animais, máquinas e equipamentos. Sugere-se que esse contato mais estreito entre agricultores tenha reforçado a perspectiva de desenvolver a soja no assentamento; e, b) devido à cooperativa do assentamento, formada em 1997, ter adquirido, já de início, máquinas, equipamentos e insumos para a plantação de soja em uma área de 100 ha que ficou sob sua responsabilidade, ou seja, que ficou como área coletiva. Essas duas questões objetivas ganham força simbólica nas dinâmicas daquelas ambiências, podendo ser vistas por três significações subjetivas identificadas nas entrevistas e na vivência com o conjunto dos agricultores-assentados: a) havia a crença de que a cultura da soja os faria “melhorar de vida”; b) acreditava-se que não haveria necessidade de “muito trabalho”; e, c) a cooperativa (referência produtiva dos assentados) estava dando o exemplo de investir na soja.

Com efeito, no decorrer dos anos seguintes, outros três acontecimentos foram determinantes para as alterações dos sistemas produtivos dos agricultores-assentados (para

o caso daqueles que iniciaram a produção agrícola baseada em produtos agroecológicos, como o Sr. João) e na afirmação das idéias de que o cultivo da soja traria progresso socioeconômico: a) em agosto de 2001 é diagnosticado um foco de Febre Aftosa nas divisas do assentamento, sendo incluído nas práticas de desinfecção que previa o abate de todos os animais. Como forma de ajudar os agricultores-assentados atingidos, o Governo Estadual indenizou os abatimentos e forneceu auxílio financeiro à alimentação das famílias, patrulhas agrícolas e insumos (como sementes) para que fosse realizado o cultivo das terras. Isso provocou uma diminuição dos custos intermediários na plantação da soja, ampliando as margens de lucro; b) a partir de 1998, o preço médio da saca da soja sofre aumentos progressivos até meados de 2004 (Bentevi, 2006); e, c) a introdução da soja transgênica no assentamento, que prometia diminuir os custos de cultivo e aumento da produtividade. Estes três acontecimentos fortalecem aquela percepção de que a soja faria os agricultores-assentados “melhorar de vida”, o que em muitos casos representou tornar o quintal das casas também em lavouras de soja.

A seguir, passamos a analisar separadamente as trajetórias produtivas específicas dos quatro agricultores-assentados foco desse trabalho. Entretanto, vale destacar que o que segue abaixo não foi, necessariamente, declarado explicitamente pelos agricultores-assentados, a análise e a compreensão das informações contaram com o cruzamento das entrevistas e das conversas informais em situações do cotidiano.

3.1 TRAJETÓRIA PRODUTIVA DO SR. RICARDO

Esse agricultor-assentado não integrou inicialmente coletivos de produção (formados por muitos assentados), pois buscava “conhecer os vizinhos”, haja vista que a maior parte do período do acampamento teria realizado o curso sobre agroecologia da FUNDEP. Contudo, nos dois primeiros anos teria trabalhado “junto” com outro ex-colega da FUNDEP que morava próximo de seu lote. Assim, inserido em uma conjuntura de valorização do cultivo da soja, irá viver esse período com a convicção de que a soja era melhor opção na geração da renda monetária. Segundo sua entrevista:

Quando a gente chegou aqui e viu que a terra era **mais plana**, para quem era **acostumado nas ladeiras**, e ao redor plantavam a soja, foi o que a gente fez. Plantava milho também, mas para o gasto. **O pessoal dizia** que a soja era a saída aqui na região porque **ao redor** aqui no assentamento **só tem granjeiros**, de médio para grande. Então era **soja que nós via e era aquilo que nós queria plantar**, até mesmo a **Coopervida**¹³ que seria nossa **referência** tinha trator tracionado, plantadeira grande, até começou nos primeiros anos a comprar veneno e semente e vender para nós. **Então aquilo já era um incentivo para nós plantar soja. Então a gente deixou de lado um pouco aquela cultura que trazia dos pais e o que tinha aprendido lá na FUNDEP.** (...) A gente tinha a idéia de plantar soja. Mesmo o galpão foi feito mais alto porque a gente tinha idéia de comprar trator, máquina colheitadeira.

Nessa declaração pode-se perceber com nitidez a força de coerção e convencimento exercida pela estrutura produtiva (objetiva e subjetiva) regional, revelando diferenciais de poderes onde os granjeiros e a Cooperativa são as referências do melhor padrão produtivo. Neste contexto, a soja e seu padrão tecnológico são as expressões do poder hegemônico regional, sendo que essas percepções tendem a ser internalizadas pelo agricultor-assentado, orientando suas ações. Tende a pensar e agir a partir daquela influência regional e, também, porque a Cooperativa dos assentados havia incorporado, até certo ponto, aquela matriz de produção. Se “o pessoal”, “os granjeiros” e “a Coopervida” plantavam soja, então uma espécie de senso comum se desenvolvia no sentido de também “plantar soja” e mecanizar o lote, pois já havia até mesmo construído um “galpão mais alto” para colocar as máquinas.

Contudo, a formação do grupo familiar no ano de 2000 começa a provocar alterações na sua estratégia produtiva. Assim, com a formação da família “vieram mais gastos” e a renda da soja “uma vez por ano já não dava mais”. Passa a constatar que a renda obtida com o cultivo da soja era pequena e não atendia às carências da família; tendendo a resgatar os conhecimentos obtidos na FUNDEP de como diversificar as fontes de renda, em direção à atividade leiteira, avicultura, horticultura e produtos semi-processados como compotas e derivados de cana-de-açúcar. Isso o teria estimulado inicialmente a investir na atividade leiteira, tendo seus planos interrom-

¹³ Cooperativa do referido assentamento.

pidos em 2001, devido a Febre Aftosa provocar o abate de todos os seus animais. A partir de 2002, teria começado a reposição dos animais leiteiros como forma de complementar a renda obtida com a produção de soja. Entretanto, devido à frustração de safra no ano de 2003, teria decidido “mudar da soja para o leite” e começar a constituir outras experiências de obtenção de renda “vendendo pequenas coisas na cidade” como aves, alho e cebola. A soja teria se tornado uma atividade produtiva “muito insegura”. Esse redimensionamento das atividades produtivas teria sido seguido por um redirecionamento dos créditos obtidos com o PRONAF para o investimento em outras atividades, que não a soja. Entretanto, no ano de 2004 o Ministério da Agricultura ameaça lançar uma normativa para disciplinar a atividade leiteira que tenderia a excluir pequenos produtores do mercado, chamada de Normativa 51¹⁴. Essa conjuntura, juntamente com a diminuição do preço da saca da soja ocorrido em meados deste mesmo ano, teria estimulado a formação de um “grupo coletivo” com outros dois agricultores-assentados vizinhos e uma ampliação da atividade leiteira, com utilização conjunta de instalações, investimentos e planejamento da área do lotes. A atividade leiteira tornava-se, nesse período, o “carro chefe” da composição das rendas monetárias.

No entanto, novamente as atividades produtivas passariam por redefinições quanto à centralidade assumida na composição da renda familiar. Devido à percepção do alto custo de produção da atividade leiteira, volta-se para outras atividades e “produtos agroecológicos” como havia “estudado na FUNDEP” e observado “nos estágios realizados na Cooptar e Coanol” a partir da “comercialização de pequenos produtos nas cidades próximas”. De acordo com sua entrevista, da atividade leiteira realizava-se “uns R\$ 3.000,00 por mês, mas que no final das contas às vezes sobrava R\$ 300,00 reais para cada um” dos três agricultores-assentados pertencentes ao grupo coletivo, o restante era despendido em gastos intermediários. Essa situação causou desmotivação com a produção leiteira. Assim, a centralidade de sua estratégia produtiva passa, a partir de meados de 2005, a ser caracterizada como diversificada, composta por aves, suínos, derivados de cana-de-açúcar, compotas de diferentes frutas, produção de mudas de árvores frutíferas e horticultura, além da atividade leiteira

que estaria tornando-se secundária. De acordo com sua declaração: “Na verdade eu sempre pensei nisso. Veio aquela ‘febre da soja’ e dei uma esquecida, mas agora isso volta com força”. Ou seja, com a desvalorização do preço da soja, o enfraquecimento das idéias de que ela promoveria uma melhora socioeconômica com “pouco trabalho” e com a formação do grupo familiar, esse agricultor-assentado (re)atualiza os antigos projetos e passa a desenvolver sua produção baseada nos conhecimentos agroecológicos adquiridos na fase de acampamento.

3.2 A TRAJETÓRIA PRODUTIVA DO SR. PEDRO

As questões e contradições relacionadas com o ambiente regional de ampliação do cultivo da soja também irão aparecer no “grupo coletivo” em que o Sr. Pedro integrou e que foi extinto em final de 1999. Esse grupo era inicialmente formado por 29 famílias, porém passou por um processo de desintegração e de divisão da terra coletiva do grupo em unidades produtivas familiares. Inseridos naquele ambiente de valorização da atividade sojícola, as idéias de seu cultivo tornam-se hegemônicas no interior do “grupo coletivo”. Contudo, as contradições com relação aos debates sobre as estratégias produtivas materializavam-se em divergências em torno dos destinos a serem dados aos créditos financeiros acessados por meio do Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária (extinto PROCERA):

Quando a gente começou a mexer com o crédito é que [o grupo coletivo] acabou se dissolvendo, porque na visão de uns, o crédito tinha que ser usado para fortalecer o debate que nós fazíamos no acampamento, baseado nos princípios do movimento, da produção ecológica, outros achavam que tinha que plantar soja, comprar máquinas (...).

Os projetos idealizados anteriormente são confrontados com outras formas de pensar e de organizar a produção: entre o “debate” que era feito “no acampamento, da produção ecológica ou plantar soja e comprar máquinas”. Neste caso, esta poderia ser a principal expressão daquela situação regional e da referência simbólica desenvolvida pela Cooperativa do assentamento, quando passa a investir no cultivo da soja.

Entretanto, no ano de 2000, o Sr. Pedro assume a di-

¹⁴ De acordo com Silva Neto e Basso (2005b: 60) a Normativa 51 imporia uma série de exigências para forçar a incorporação de máquinas e equipamentos na atividade leiteira e que poderia excluir cerca de 50.000 produtores de um total de 80.000 no estado do Rio Grande do Sul.

retoria da Coopervida e vai morar com sua família (formada por esposa e filho) na sede do assentamento, mantendo em seu lote criação de bovinos de corte e cultivo de soja, segundo ele, por exigirem menor cuidado cotidiano e por que havia se convencido de que essa seria “a melhor” estratégia produtiva como forma de auferir renda monetária. Com efeito, essas idéias teriam se fortalecido durante sua permanência na Cooperativa, circunstanciadas pela conjuntura da Febre Aftosa. Contudo, a volta para o lote no ano de 2002, marca um período de crise que força a redefinição de suas estratégias produtivas e fontes de obtenção de renda.

Essa crise teria sido vivida como “a crise do grão”, numa referência à insuficiência de renda monetária gerada pela soja e aos endividamentos financeiros que o impediram (e ainda o impedem) de acessar os créditos do PRONAF. Neste contexto, mesmo em uma ambiência de plena valorização da soja, a possibilidade de “arrendar o lote” tornava-se uma das alternativas à referida crise; quando “alguns vizinhos” seus estavam levando-a a cabo. No entanto, “o compromisso com o Movimento”¹⁵ e por que queriam construir “um projeto de vida em cima do lote” teria impedido essa decisão. Assim, para o Sr. Pedro e sua esposa o endividamento e a conseqüente impossibilidade de acessar os créditos do PRONAF desencadearam a retomada das idéias de desenvolver “produtos agroecológicos”.¹⁶ Os motivos que primeiro foram acionados na entrevista estão relacionados com o “gostar de trabalhar na terra, de ver as plantas crescerem, com o respeito ao meio ambiente e à saúde humana”. Não negasse que esses valores sejam estimulados com o desenvolvimento da agroecologia, os são. Mas a partir do conjunto de informações obtidas não é possível afirmar que esses tenham desencadeado o processo de ecologização, senão aquele relacionado com o endividamento e a impossibilidade de acessar o PRONAF.¹⁷

Para esse casal de agricultores-assentados, o “projeto de vida”, que sonham em construir “em cima do lote”, seria circunstanciado pelo desejo de “se estabilizar economicamente e não correr mais o risco de ter apenas uma safra por ano”, como era com a soja. Dessa forma, para o casal, “a idéia foi fazer de forma agroecológica de tudo

um pouco e vender de tudo um pouco”. Note-se que as referências atualizadas em momentos de crise de reprodução social em torno das alternativas produtivas e de obtenção de renda monetária são aquelas vivenciadas durante os cursos de agroecologia no período de acampamento com assessores do MST. No contexto da produção agroecológica por eles desenvolvida, quando indagados sobre como era o processo de comercialização, o Sr. Pedro respondeu: “é que quando eu era da Coopervida eu conheci muita gente na cidade, depois foi só oferecer (...), muitos vem aqui comprar, para outros a gente leva na casa”. Dessa forma, tem-se que considerar que a posição ocupada de dirigente da Cooperativa lhe proporcionou estabelecer uma rede de contatos interpessoais que atualmente estão sendo acionados para a comercialização dos produtos agroecológicos. De uma forma mais detalhada, essa estratégia também comporta: o leite (por obter pagamento mensal, como o “seguro da renda, a chave da questão”), derivados de cana-de-açúcar (que, segundo o agricultor-assentado, rende em 1 ha o equivalente à 8 ha de soja), aves, suínos, amendoim, batata-doce, cebola e alho.

De acordo com sua entrevista, esta perspectiva produtiva teria sido reforçada pela conjuntura de desvalorização do preço da saca de soja a partir de 2004, potencializando estratégias de comercialização em outros municípios maiores, como Ijuí e Santa Maria.

3.3 A TRAJETÓRIA PRODUTIVA DO SR. JOÃO

Na ocasião da entrada dos sem-terra no assentamento Ceres, no início de 1997, o Sr. João integrava um “grupo coletivo” onde, apesar das idéias que ‘corriam’ no assentamento de que a soja seria “a melhor” atividade produtiva a ser desenvolvida, iniciaram as atividades agrícolas com produtos agroecológicos e a atividade leiteira já em 1998. Esse “grupo coletivo”, formado inicialmente por 9 famílias, se desestruturará parcialmente no ano de 1999, permanecendo apenas 3 famílias trabalhando de forma coletivizada, sendo que os chefes de família são irmãos, entre eles o Sr. João. Assim, o contexto do período de *luta* pela terra e os cursos de agroecologia realizados promoveram alternativas produtivas diferenciadas

¹⁵ O Sr. Pedro refere-se ao MST e suas orientações políticas formuladas em Encontros.

¹⁶ Registra-se que essa compreensão foi possível ao pesquisador após a exploração de outras informações referentes à vivência do cotidiano com o casal de agricultores-assentados.

¹⁷ Outros agricultores-assentados também manifestaram argumentações semelhantes durante as entrevistas.

daquelas internalizadas como possíveis na socialização anterior – com seus pais – baseada em cereais como milho, trigo, feijão e soja. Esses novos conhecimentos, e os contatos adquiridos e construídos nesta fase, são alçados como constituintes das estratégias produtivas nos primeiros anos de assentamento. De acordo com sua declaração:

(...) a partir dos cursos que eu tive no acampamento a gente já chegou para trabalhar sem nem pensar em plantar soja! Nós chegamos com a nossa mente formada que iríamos trabalhar com leite e produtos agroecológicos.

Nesse sentido, a assessoria técnica do assentamento ajudou na elaboração de projetos e planejamento da produção, sendo que em 1998 teriam plantado 13.000 covas de melão, melancia, abóbora, amendoim e batata-doce, “tudo ecológico”. Segundo sua declaração, isso representaria em torno de 2 ha plantadas, totalizando R\$ 39.000,00 o montante comercializável. A comercialização estaria “acertada” no município de Santa Maria através do projeto CooEsperança e da organização não governamental Cáritas/Brasil do referido município. A partir dos contatos realizados com essa última entidade teriam sido elaborados projetos para a construção de uma agroindústria (beneficiadora de produtos de origem animal e vegetal) e um moinho na área de seu grupo coletivo. Esses canais de comercialização e contatos o Sr. João teria construído durante o curso realizado sobre agroecologia no município de Caçador/SC, durante o período de acampamento. No entanto, devido a uma série de problemas e imprevistos, como estiagem prolongada durante a fase de floração das culturas agroecológicas, a não aprovação de um projeto de irrigação e a falta de disponibilidade de transporte pela Cooperativa do assentamento que havia ficado responsável por tal processo, a área plantada com produtos agroecológicos diminuiria em 1999 e em 2000, quando estariam começando a pensar na possibilidade de investir na soja, “já que todo mundo só falava na soja”, conforme sua declaração.

Nessa direção, com a conjuntura da Febre Aftosa em 2001, e a colheita de uma “boa safra” de soja em 2002, o Sr. João e seus irmãos investiram o capital acumulado na compra de máquinas e equipamentos agrícolas com a idéia de investir nessa cultura produtiva. Segundo sua entrevista, a introdução da soja transgênica teria reforçado as esperanças de “melhorar de vida”, devido aos aparentes baixos custos de produção. Dessa forma, por ser a soja “a salvação da lavoura”, em 2004 arrendaram 120 ha de terra num município próximo, vendendo antecipadamente todos os animais leiteiros para pagar a renda da terra aos proprietários. No entanto, nesse ano ocorreu uma estiagem ocasionando a perda total nas lavouras de soja. Essa experiência ‘desastrada’, juntamente com a baixa do preço da soja, marcaram o retorno das idéias de cultivar produtos agroecológicos.

Assim, o Sr. João, depois da frustração de perder a safra de soja na área arrendada e ficar endividado com as empresas agropecuárias do município, retomará os antigos projetos de agro-industrialização e produção ecológica, agora com idéia de vender diretamente na região metropolitana de Porto Alegre. Segundo sua entrevista, “o problema” teria sido “a bobeira” dos anos anteriores, referindo-se às decisões de plantar soja, porque “o grupo coletivo desde o início do assentamento teria sido da idéia de plantar miudezas para vender e mexer com comércio”. Assim, uma nova iniciativa para “subir na vida” e “ter uma vida de cidadão”, poderia ser tentada com a estratégia de fixação de um dos irmãos na região metropolitana, onde os demais, juntamente com alguns vizinhos, produziriam e transportariam os produtos. Nesse caso, o que permitiria a realização de tal estratégia de produção e comercialização seria o fato dos três irmãos trabalharem de forma conjunta.

3.4 A TRAJETÓRIA PRODUTIVA DO SR. ANTÔNIO

Esse agricultor-assentado estabeleceu-se no assentamento Ceres no ano de 2000, após ter realizado uma troca de lote de outro assentamento localizado na chamada Metade Sul do RS.¹⁸ A conjuntura que encontrou no novo assentamento foi de grande emulação da cultura da

¹⁸ De acordo com sua entrevista os motivos para a troca de lotes teriam sido: a) no assentamento anterior à distância dos centros urbanos “era muito grande”, de Piratini 52 km e de Pelotas 78 km; b) devido às sucessivas frustrações com as atividades produtivas e com a (im)possibilidade de comércio; c) devido ao isolamento em relação a outras comunidades; d) por que seus pais estavam adoecidos e, portanto, queria vir mais para perto de seu local de origem. Deve ser destacado que esse agricultor-assentado participou dos mesmos acampamentos que os anteriores, mas teria sido sorteado para outra área; também, que participou de um grupo coletivo de 16 famílias, desagregando-se no segundo ano do assentamento; por fim, após constituir grupo familiar teria, então, vindo para o assentamento Ceres.

soja. Contudo, de acordo com sua entrevista, em 2001, também plantará soja no lote devido a Febre Aftosa ter causado o abate de seus animais leiteiros e pelo auxílio recebido do Governo Estadual. No entanto, nos anos seguintes, a produção agroecológica teria acompanhado suas estratégias produtivas dentro de uma concepção de “esmiuçar as rendas”, ou seja, ter várias fontes de obtenção de renda econômica. Em suas palavras:

Quando eu cheguei era a **febre da soja**, o pessoal só pensava em soja, quer dizer, como a principal renda da propriedade, leite era em segundo plano e essas coisas mais pequenas nem falar (...). Tinha gente que dava risada de mim, porque trabalhava bastante (...). Mas eu pensava assim: e se der uma seca brava? Vamos perder tudo? Então, era **esmiuçar as rendas**, produzir um pouco de tudo e vender na cidade, principalmente **em cima daquilo que eu tinha visto lá na FUNDEP, produção agroecológica**. Aqui tudo o que tu produz tu vende, principalmente aqui na regional de Jóia. Até porque dá só 7 km do assentamento Ceres até a cidade de Jóia. Aqui deslanchou (...). Desse jeito a gente começou: com vaca e vendendo as coisas nos clientes certos na cidade.

Destaca-se três questões centrais na declaração: a) sua estratégia produtiva baseava-se na diversificação das fontes de renda pela insegurança de depender apenas da soja; b) como conseqüência resultava uma jornada de trabalho maior, que contrastava com a jornada de trabalho daqueles que possuíam a soja “como a principal renda da propriedade”; c) uma percepção de proximidade com os centros urbanos que permitia estratégias de comercialização, condição que não identificava no assentamento anterior. Contudo, a questão central é perceber que o Sr. Antônio irá buscar as referências para o estabelecimento de tal estratégia produtiva e comercial no curso sobre agroecologia realizado na FUNDEP. Nesse sentido, as alternativas produtivas à soja podem ser atribuídas aos conhecimentos adquiridos em período imediatamente anterior ao acampamento e a busca de maior segurança na renda.

Entretanto, no ano de 2005, começa a se marcar certo afastamento das estratégias de produção agroecológica desenvolvidas até então. A participação nas instâncias de direção do assentamento e da Cooperativa teria sido crescente desde sua chegada em 2000. Essas circunstâncias acabaram gerando uma situação de difícil recusa em termos de assumir cargos que exigiriam maior dedicação e desprendimento. De acordo com seu depoimento: “Chega uma hora que todo mundo te olha e diz: agora é com

você. E aí, fazer o quê? (...). Hoje tudo o que eu adquiri foi graças ao Movimento (...)”. Dessa forma, a justificativa para tal comportamento se expressa na identificação de que o pouco que se tem foi conseguido por uma luta maior, “graças ao Movimento”. Nesse sentido, se há uma tendência de arrefecimento de participação na luta política para a grande maioria dos sem-terra, depois de conquistada a terra, para os quadros intermediários ela tende a ser encarada como desdobramento natural de um compromisso já interiorizado, seguidamente comprovado e retificado em outras frentes de ação, como na administração da Cooperativa e coordenação do assentamento. No entanto, por trabalhar individualmente o lote e por ter assumido cargo de dirigente da Cooperativa, não possuiria condições de manter a estratégia produtiva anterior, desenvolvendo assim a atividade leiteira e sojícua como principais para obtenção de renda monetária.

4. ALGUMAS CONCLUSÕES INTERPRETATIVAS

Durante este texto procuramos destacar como a temática da agroecologia foi incorporada nas estratégias produtivas de quatro agricultores-assentados e desvendar quais foram as características sociais específicas adquiridas e internalizadas durante essas trajetórias que permitiram lançar mão de tais comportamentos no assentamento Ceres, frente ao conjunto de circunstâncias específicas dessa formação social. Argumentamos que, enquanto filhos de pequenos agricultores, socializados em uma ambiência de plena modernização da agricultura, haveria uma centralidade de referências relacionadas com a monetarização e a lucratividade como meio de reprodução social e constituição de grupos familiares. No entanto, impedidos da realização de tais desejos materiais e simbólicos devido à posição social ocupada no interior da estrutura de relações sociais na sociedade, acabaram identificando, na *luta* pela terra, uma possibilidade de atendimento de suas carências e constituição de projetos de vida. Nessa ambiência, a vivência dos eventos da *luta* coletiva e a identificação de sua posição social enquanto subjugados socialmente desenvolveu uma reação e interação que configurou uma práxis ancorada na *luta* política, integrando as frentes de massa e a direção de acampamento. A participação em cursos de agroecologia seria um dos resultados daquela práxis. Dessa forma, as significações atribuídas aos conhecimentos adqui-

ridos nesses cursos seriam no sentido de constituírem alternativas produtivas para a acumulação de capital econômico visando garantir um modo de vida, onde, ao mesmo tempo, reforça essa pretensão e amplia o escopo de desejos e carências internalizadas a partir das posições sociais de filhos de pequenos agricultores.

Nas análises das trajetórias destacamos, em cada caso, algumas particularidades vividas que informaram as recomposições das estratégias produtivas. No entanto, é possível identificar algumas situações transversais a ambos os casos: no momento de constituição da família, os projetos de diversificação produtiva são mobilizados através de uma reação que identifica carências e desejos não atendidos; reação acionada pela composição sociocultural desses indivíduos, transformada em *habitus* numa dimensão sócio-histórica. Dessa forma, atribuir os comportamentos produtivos analisados unicamente às experiências políticas e produtivas do período de acampamento e recomposições socioculturais associadas reduz a dimensão compreensiva dos processos sociais. A visão ampliada do conjunto da trajetória social certamente permite uma elucidação mais ampla, apesar de mais complexa.

Assim, as diferentes situações objetivas e subjetivas, vividas como limitações materiais e simbólicas pelos quatro agricultores-assentados, a partir das circunstâncias do assentamento Ceres, acionaram estruturas predispostas internalizadas nos processos de socialização, relativo às experiências e conhecimentos adquiridos nos cursos da FUNDEP (pelo Sr. Ricardo e Sr. Antônio) ou em Caçador/SC (pelo Sr. Pedro e Sr. João) quando no período de acampamento. Dessa forma, as avaliações subjetivas de não atendimento de suas carências tendem a orientar padrões do que pode e deve ser desejado e alcançado, fornecendo o substrato reativo e interativo para a atualização de experiências e saberes incorporados como *estruturas*, que funcionam *estruturando* as práticas sociais no assentamento.

Neste caso, sugere-se que esse conjunto de características adquiridas ao longo dos processos de socialização conforma as diferenças com os demais agricultores-assentados do assentamento Ceres, que em momentos de crise de reprodução social reagem de forma diferente, de modo geral: assalariando-se, permanecendo com o sistema produtivo baseado na **soja** ou **soja-leite**. Contudo, a análise comparativa das trajetórias de agricultores-assentados que constituem diferentes sistemas produtivos,

identificados pela pesquisa no assentamento, ficará para outra oportunidade.

Por maior que seja a riqueza dos movimentos, possibilidades, desdobramentos e criatividade das trajetórias individuais a ambiência econômica regional, e o poder imane de diferenciais de poderes a favor dos granjeiros, cooperativas, instituições governamentais e dos movimentos sociais, também portadores de diferentes posições nas estruturas de poderes regionais, definem um campo de reprodução e de poderes dos agricultores-assentados restrito e relativo. Nesse sentido, as trajetórias aqui analisadas respondem, interagem e reconhecem a dinâmica regional da soja, seja na sua expansão e ou em seu declínio. Apesar de sua importância para o caso analisado, a agroecologia coloca-se mais como uma possibilidade de arranjos produtivos do que um modo de vida, apesar de sua identificação com valores e saberes dos pequenos agricultores. Desconsiderar que a dinâmica da soja age como marcador social imane de diversas trajetórias individuais seria desconsiderar o poder estruturante dos poderes sociais abrangentes, supervalorizando as autonomias individuais. Esse reconhecimento, a nosso ver, não desqualifica as lutas sociais e as iniciativas individuais e coletivas de agricultores-assentados e sim valoriza e reconhece os diferenciais de poderes associados à distribuição desigual da terra. Os diferenciais de cidadania, educação e justiça social vivenciados nas ambiências aqui analisadas é, em algum grau, a representação dos diferenciais de poder da sociedade brasileira: diferenciais de poderes objetivados na distribuição da propriedade da terra.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAVARESCO, P. A. Assentamentos Annoni fase IV [RS]: uma análise de seu desempenho sócio-econômico. Rio de Janeiro, 1998. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Agricultura e Sociedade) – CPDA/UFRRJ, 1998.

BENTEVI. Informativo Soja. (2006). Disponível em: <<http://200.161.200.233/INFORMATIVO%20soja.pdf>>. Acessado em: 10 set 2006.

BENEDETTI, A. C. Os Impactos dos Assentamentos Rurais no Rio Grande do Sul. In: MEDEIROS, L. S. de; leite, S. P. (Org.). Assentamentos Rurais: mudança social e dinâmica regional. Rio de Janeiro: MAUAD, 2004, pp. 53-96.

- BOURDIEU, P. O Poder Simbólico. 5º ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- CHELOTTI, M. C. A instalação de assentamentos rurais e a inserção de novos agentes no espaço agrário do município de Sant'Ana do Livramento – RS. Campinas, 2003. Dissertação (Mestrado em Geografia Agrária) – FCT/UNESP, 2003.
- COMERFORD, J. C. Fazendo a Luta: sociabilidade, falas e rituais na construção de organizações camponesas. Rio de Janeiro: Relumé Dumará, 1999.
- GAIGER, L. I. *As condições socioculturais do engajamento no MST*. In: Estudos Sociedade e Agricultura, nº 13, 1999, pp. 70-92.
- _____. *A Práxis Coletiva dos Sem-terra: rumo à unidade ou à heterogeneidade cultural?* In: Cadernos de Sociologia: produção familiar, processos e conflitos agrários. Porto Alegre: PPGS/UFRGS, Vol. 6, 1994, pp. 177-203.
- GARCIA JR, A. Terra de Trabalho. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- GUBERT, J. E.; BASSO, N. Fortalecimento de Agricultores Familiares no Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul: análise diagnóstica de sistemas agrários – Jóia e Eugênio de Castro. Ijuí: FIDENE/DEAg/UNIJUÍ, 2005.
- HEREDIA, B. et al. *Análise dos Impactos Regionais da Reforma Agrária no Brasil*. In: Estudos Sociedade e Agricultura. Rio de Janeiro, nº 18, abr. 2002, pp. 77-111.
- LEITE, S. P. et al. Impacto dos Assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro. Brasília: IICA: NEAD; São Paulo: Ed. Unesp, 2004.
- LEITE, S. P. *Orçamentos Familiares e Estratégias Socioeconômicas em Assentamentos Rurais*. In: Estudos Sociedade e Agricultura. Rio de Janeiro, nº 21, out. 2003, pp. 118-151.
- MEDEIROS, L. S. de; Leite, S. P. (Org.). Assentamentos Rurais: mudança social e dinâmica regional. Rio de Janeiro: MAUAD, 2004.
- MOREIRA, R. J. Agricultura Familiar: processos sociais e competitividade. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.
- _____. Identidades Costeiras Complexas no Pensamento Científico. Coletânea PQI UFV-CPDA, 2006.
- SILVA NETO, B.; BASSO, D. (org.). Sistemas Agrários do Rio Grande do Sul: análise e recomendações de políticas. Ijuí: Unijuí, 2005.
- _____. A produção de leite como estratégia de desenvolvimento para o Rio Grande do Sul. In: Desenvolvimento em Questão, 2005b, ano 3, nº 5, pp. 53-72.
- PICCIN, M. B. Lógicas Socioculturais e Estratégias Produtivas no assentamento menina dos olhos dos sem-terra. Rio de Janeiro, 2007. Dissertação (Mestrado de Ciências Sociais em Desenvolvimento Agricultura e Sociedade) – CPDA/UFRRJ, 2007.
- ROMEIRO, A. et al. (Org.) Reforma Agrária: produção, emprego e renda – o relatório da FAO em debate. Rio de Janeiro: Vozes; IBASE/FAO, 1994.